

# Política Externa Cabo-verdiana: evolução, perspectivas e linhas de força



## *Cape Verdean Foreign Policy: evolution, perspectives and lines of force*

Recebido em: 13 de novembro de 2017

Aprovado em: 11 de julho de 2018

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2019v7.n1.p87

João Paulo Madeira<sup>1</sup>

1. Professor Auxiliar da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP-UL) e do Centro de Investigação em Ciências Sociais e Políticas (CICSP-Uni-CV). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa (ISCSP-UL). Bolseiro de pós-doutoramento pela Fundação Calouste Gulbenkian na FCT-UNL enquanto membro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa (REALP). Praia/Cabo Verde. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0016-8167> 

### RESUMO

O artigo tem por objetivo compreender os trilhos de Cabo Verde, em matéria de política externa com vista a potenciar o seu desenvolvimento. O país exerce desde a independência em 1975, uma política externa de não alinhamento, efetuando diligências na procura de fontes de financiamento com o propósito de centrar os seus esforços na adoção das melhores práticas de governação. Para o efeito, partiu-se das seguintes hipóteses de estudo: a afirmação e projeção de um país com poucos recursos naturais, geograficamente limitado e dependente de fluxos financeiros externos, necessita de aproveitar as suas características geográficas com vista a colmatar as necessidades internas e, paralelamente, projetar-se para além das próprias fronteiras; os sucessos obtidos por Cabo Verde dependem de fatores ideacionais entre os quais se destacam: a transparência e *accountability* com o propósito de captar os recursos adequados, quer sejam públicos ou privados externos, a experiência e capacidade técnica na captação de programas e projetos de cooperação, a habilidade do país em se ajustar às “janelas de oportunidades” no sistema internacional. Para o efeito, adotou-se uma metodologia interdisciplinar aplicada ao estudo de caso do arquipélago, com vista a analisar acontecimentos, estruturas e contextos complexos, resultantes da sua insularidade.

**Palavras-chave:** Cabo Verde. Política Externa. Sociedade Internacional. Crescimento Económico. Desenvolvimento.

### ABSTRACT

The article aims to understand Cape Verde's trails in terms of foreign policy in order to enhance its development. The country has followed, since its independence in 1975, a nonalignment foreign policy, undertaking measures to find sources of funding with a view to focus its efforts on the adoption of the best practices of governance. For this purpose, we have considered the following study assumptions: the affirmation and projection of a country with few natural resources, geographically limited and dependent on external financial flows, which needs to take advantage of its geographical features in order to overcome the internal needs and, at the same time, are looking beyond their own borders; the successes achieved by Cape Verde depend on ideational factors among which we highlight – the transparency and accountability with the purpose of capturing the appropriate resources, whether they are public or external private, the experience and technical capacity on the uptake of cooperation programs and

projects, the ability of the country to adjust to the “windows of opportunities” in the international system. To that end, we adopted an interdisciplinary methodology applied to a case study of the archipelago, in order to analyze events, structures and complex contexts, arising from its insularity.

**Keywords:** Cape Verde. Foreign Policy. International Society. Economic Growth. Development.

## Introdução

Após a independência da maioria dos países africanos que teve início na década de sessenta do século passado, os recém-Estados passaram a exigir das instituições e organizações internacionais o devido reconhecimento pelos direitos que foram, entretanto, adquiridos. Cabo Verde não constitui exceção à regra, tendo os sucessivos governos, desde a independência em 1975, apostado numa política externa<sup>2</sup> que atendesse às condições geográficas e climáticas adversas<sup>3</sup> do arquipélago, estando conscientes da necessidade de redimensionar a política interna, face às mudanças que, entretanto, se registavam no cenário internacional.

O país seguiu uma política externa de não-alinhamento, atuando de forma firme e prudente, de modo a obter confiança dos parceiros internacionais para garantir que os apoios fossem exclusivamente utilizados para debelar as carências existentes no arquipélago, entre as quais a escassez de recursos naturais com frequentes períodos de seca e fome. Esta condição conduziu à necessidade da emigração, tanto espontânea como forçada e, por último, à fragilidade da base produtiva nacional. Foi neste período que se registaram ganhos substanciais em formas de doação de países como a África do Sul, Espanha, Estados Unidos da América, Israel, Portugal, Reino Unido, República Popular da China, Singapura, Suécia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Árabes. Ao contrário de vários países em desenvolvimento, Cabo Verde tinha como principal meta assegurar a estabilidade do país e o seu desenvolvimento a longo prazo. Fê-lo de diversas formas, através da promoção da boa governação, respeito pelas liberdades fundamentais e pelos princípios do Estado de direito democrático, impulsionado pela procura de uma maior eficiência e transparência das instituições democráticas.

A “prova de fogo” prendia-se com o *dossier* África do Sul, uma vez que o arquipélago recusou aderir às sanções económicas por parte da Organização da Unidade Africana (OUA), atual União Africana (UA), contra o regime do apartheid em 1986, pois exigia-se a Cabo Verde a não permissão de escala de aviões da *South African Airways* no Aeroporto Internacional do Sal (DAVIDSON, 1988, p. 229). Um dos motivos foi a atitude prudente, mas firme, que insistiu que os voos renderiam anualmente a Cabo Verde uma quantia superior a 25,4 milhões de dólares, igual a 31% do PIB, avaliado na altura pelo Banco Mundial em 80 milhões de dólares (LOPES, 2002, p. 344). Tratava-se, pois, de uma questão complexa que requeria um debate pormenorizado e uma abordagem cuidada da questão, dado que, afinal, estava em causa a necessidade de assegurar a viabilidade económica do país (MADEIRA, 2006, p. 91).

2. O conceito de política externa aqui utilizado diz respeito a todas as políticas, incluindo as económicas e de segurança adotadas por um Estado em relação ao exterior (BERRIDGE e JAMES, 2003, p. 107).

3. De entre as condições geográficas e climáticas destacam-se: a exiguidade territorial e a insularidade, dispersão entre ilhas, ventos quentes e secos que sopram do deserto do Saara em direção ao arquipélago, resultando numa baixa produtividade agrícola. Os cursos naturais de água são escassos devido, por um lado, às secas cíclicas e chuvas sazonais e, por outro, à, escassez crônica de água. Quando a precipitação ocorre, entre agosto e outubro, dá-se sob a forma de chuvas, por vezes, torrenciais que causam danos significativos na erosão hídrica (Neves, et al. p. 59-72).

Cabo Verde procurou sempre manter relações estreitas com Portugal, Brasil e demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que, em julho de 1996, formaram uma organização de concertação político-diplomática entre os seus Estados-Membros no sentido de reforçar a presença da Comunidade nas organizações internacionais e, igualmente, promover a cooperação nos domínios da defesa e segurança, ciência e tecnologia, educação e saúde, cultura, promoção e difusão da língua portuguesa. O arquipélago possui igualmente relações com os países da Francofonia e goza, desde 1977, do estatuto de observador associado na Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), atualmente Organização Internacional da Francofonia (OIF).

Imagem 1- Mapa continente Africano



Fonte: Cities and Places (2018)

Cabo Verde caracteriza-se por ser um pequeno Estado africano que se encontra localizado no *Atlântico Médio* entre África, Europa e América e que tem vindo a preconizar uma política externa assente no pragmatismo e defesa do interesse nacional (AMANTE DA ROSA, 2007, p. 165; GRAÇA, 2014, p. 270; MADEIRA, 2016, p. 90). Baseia a sua conduta numa *cultura de paz* (CARDOSO, 1986, p. 15), de diálogo e de não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

As características do meio geográfico, geralmente associadas à insularidade, pequena superfície, terreno montanhoso e escassez de recursos naturais e períodos de seca prolongados têm despertado o país para a necessidade da sua viabilização no cenário internacional, procurando conquistar a credibilização da imagem no exterior e o reforço das relações político-diplomáticas, particularmente entre os países que fazem parte da região ocidental de África<sup>4</sup>. A promoção do desenvolvimento acarreta custos acrescidos para o Estado, tornando-o dependente de fluxos externos, particularmente das remessas dos emigrantes, dos investimentos no setor do turismo e dos programas de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento<sup>5</sup>.

A aposta nas relações externas constitui um mecanismo necessário para multiplicar e diversificar parceiros, promovendo, deste modo,

4. Na região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), oito são francófonos (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Conacri, Mali, Níger, Senegal e Togo), cinco são anglófonos (Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa), dois são lusófonos (Cabo Verde e Guiné-Bissau).  
5. A cooperação para o desenvolvimento caracteriza-se por um dos instrumentos da política externa que os Estados utilizam no sentido de aproximar tanto os países desenvolvidos, como os países em vias de desenvolvimento, facilitando, desta forma, o diálogo. Todo este processo tem como pano de fundo o envolvimento dos doadores na formulação de estratégias de desenvolvimento. É esperado que os doadores e os recetores da ajuda colaborem entre si de forma eficaz. Em seguida, ocorre a implementação de estratégias de desenvolvimento a fim de que se possa avançar para atingir os objetivos estabelecidos. Neste contexto, os atores nacionais ou estrangeiros e os países beneficiários desempenham um papel decisivo (DEGNBOL-MARTINUSSEN e ENGBERG-PEDERSEN, 2005, p. 1). Cabo Verde aderiu em 1977 à categoria dos Países Menos Avançados (PMA), o que permitiu aceder, designadamente, a um conjunto de ações, programas ou projetos de ajuda ao desenvolvimento e à concessão de preferências comerciais e assistência técnica. Em janeiro de 2008 o arquipélago transitou para a categoria de País de Rendimento Médio. A boa aplicação das ajudas internacionais e a estabilidade social, económica e política desde a independência contribuíram para o desenvolvimento do país. Contudo, a entrada para este grupo limitou o acesso a empréstimos concessionais, em especial os encargos relativos à amortização e aos juros junto dos parceiros e organizações multilaterais.

uma inserção internacional segura e competitiva. Apesar das fragilidades apontadas aos pequenos Estados insulares como sejam: isolamento geográfico, reduzida dimensão territorial, baixa densidade populacional, povoamento disperso, dívida pública face ao produto interno bruto, baixas taxas de qualificação e, por vezes, desajustadas em relação ao mercado de trabalho, economias de pequena escala, número limitado de mercados de exportação e exposição continuada a riscos e vulnerabilidades ambientais (MADEIRA, 2017, p. 18; SANTOS, 2011, p. 12; TOLENTINO, 2007, p. 135), as opções políticas têm caminhado no sentido de procurar aproveitar as características geográficas do arquipélago para projetar o país e, desse modo, colmatar as suas necessidades internas.

De entre as particularidades geográficas, territoriais e socioeconómicas, destaca-se a extensa Zona Económica Exclusiva (ZEE)/Plataforma Continental (PC) de Cabo Verde, que vai além dos 796.840 km<sup>2</sup>, ou seja, uma área quase 20.000 vezes maior que a parte emersa (DIAS e CARMO, 2010, p. 250), o que resulta na fragilidade das suas fronteiras. Outras especificidades incluem não só Cabo Verde, mas também as ilhas Canárias, Açores e Madeira que se encontram distantes da costa e menos expostas aos problemas fronteiriços, entre os quais: epidemias, disputas territoriais e questões religiosas. São ilhas facilmente navegáveis, particularmente rentáveis para o turismo e indústria pesqueira, apesar da pressão sobre os recursos naturais limitados. Este contexto alargado, permite o fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (eólica, geotérmica, hidráulica, maremotriz e solar), assim como o acesso a programas de empreendedorismo marítimo. Por exemplo, a EMPREAMAR<sup>6</sup> desenvolve em Cabo Verde um programa para o setor marítimo das comunidades costeiras que dependem da economia marítima, através da implementação de soluções inovadoras, a fim de criar vantagens competitivas. Trata-se de um projeto financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e Campus do Mar.

É neste contexto que a relação deste país com parceiros, como por exemplo a União Europeia, os Estados Unidos e, mais recentemente a China, tem sido de vital importância (MADEIRA, 2017, p. 10). Consciente das suas limitações, Cabo Verde tem procurado implementar parcerias que valorizem as suas especificidades insulares, em particular a sua posição geoestratégica privilegiada no Atlântico. Aliás, é uma das vocações que o arquipélago tem explorado desde a sua descoberta e que serviu, durante séculos, como importante “placa giratória do comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas” (PEREIRA, 2011, p. 20). O facto de se localizar a aproximadamente 500 km da costa ocidental africana, no cruzamento das principais rotas Norte-Sul e Este-Oeste, o arquipélago tem conferido um conjunto de oportunidades, tanto no domínio marítimo quanto no aéreo. Quanto ao primeiro, é de salientar as facilidades na prestação de serviços aos navios de passageiros e de carga no Porto da Praia (Ilha de Santiago), no Porto Grande, Mindelo (Ilha de São Vicente), no Porto Novo (Ilha de Santo Antão) e no Porto de Palmeira (Ilha do Sal). Obviamente, isto traz a necessidade de acompanhar a concorrência de

6. Ver a este respeito: EMPREAMAR CV, O meio marinho com recurso para o empreendedorismo em Cabo Verde, EMPREAMAR, Mindelo, 2018. Disponível em <<http://www.empreamarcv.org/>>. Acesso em 09 jul. 2018.

vários portos, como o de Las Palmas, que oferece uma ampla rede de serviços, incluindo portos de pesca e marinas; o de Dakar com acesso privilegiado aos mercados nacionais do Senegal e do país vizinho, Mali, em particular após a reabilitação dos caminhos-de-ferro de mais de 700 quilómetros que ligam Dakar a Bamako; [3] o de Abidjan que permite chegar aos países vizinhos da Costa do Marfim sem ligação ao mar, nomeadamente: Mali, Burquina Faso ou Níger.

No que respeita ao transporte aéreo, Cabo Verde desempenhou, até hoje, um importante papel, quer no plano económico quer no militar. A primeira travessia aérea do Atlântico Sul ocorreu entre março e junho de 1922 e permitiu ligar as cidades de Lisboa e Rio de Janeiro. Esta viagem foi protagonizada por Sacadura Cabral e Gago Coutinho e passou pela cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente em Cabo Verde. O ato foi particularmente importante uma vez que foram testados aparelhos de navegação que marcaram a história da aviação mundial. De 1963 a 1975, o Aeródromo de Trânsito N.º 1 da Força Aérea Portuguesa (FAP) foi instalado no aeroporto do Sal que apoiava as ligações aéreas entre Portugal e as suas províncias ultramarinas em África. Entre 1967 e 1993, o aeroporto internacional do Sal foi utilizado como ponto de reabastecimento de aviões pela SAA, uma vez que foram negados os direitos de a aterragem e reabastecimento pela maioria dos países africanos, devido ao protesto internacional contra o regime de segregação racial na África do Sul. Mais tarde, as companhias aéreas - *Cubana de Aviación* e *Aeroflot - Russian Airlines* utilizaram o respetivo aeroporto para reabastecimento e transporte de passageiros (GOMES e MOREIRA DE SÁ, 2008, p. 370; MAFFIA, 2008, p. 52). Desde 2017, o aeroporto do Sal tem sido utilizado pela *South Atlantic Airbridge*, operado pela *Air Tanker* entre o Reino Unido e as Ilhas Malvinas. Trata-se de um acordo temporário até 2020, altura em que se espera que esteja reparada a pista de descolagem e aterragem do aeroporto da Ilha de Ascensão<sup>7</sup>.

Atualmente, o principal desafio do país passa pelo reforço no estabelecimento de acordos estratégicos, atendendo ao respeito pelos direitos humanos, transparência, cumprimento das regras democráticas, princípios de bem-estar e de justiça social. À semelhança do que se passou em anos anteriores, Cabo Verde manteve a liderança dos países lusófonos no Índice de Democracia de 2018, elaborado pelo *The Economist*. O arquipelago ocupa o 23.º lugar entre os 167 Estados contemplados pelo estudo. Este aspeto assume particular relevância, uma vez que se encontra a três posições à frente de Portugal e a vinte e seis do Brasil. Importa igualmente mencionar as declarações do empresário sudanês-britânico Mo Ibrahim, fundador da *Celtel* e presidente da fundação internacional, com o seu nome, que apontou em abril de 2017, Cabo Verde como um exemplo de Governança em África. Mo Ibrahim apelou para que “em vez de olharem para a China ou América, olhem para Cabo Verde! Vejam como é que conseguiram”<sup>8</sup>. Aliás, a observância destes princípios, com resultados diretos na melhoria dos padrões de desenvolvimento humano, fez com que Cabo Verde obtivesse o estatuto de um Estado de Direito Democrático, que atualmente goza de um elevado grau de credibilidade, particularmente no cumprimento das normas de boa governação (BA-

7. Ver a este respeito: *Refuelling Hub for South Atlantic Airbridge confirmed as Cape Verde*. MercoPress, Montevideo, 24 jul. 2017. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2017/07/24/refuelling-hub-for-south-atlantic-airbridge-confirmed-as-cape-verde>> Acesso em 09 jul. 2018.

8. Ver a este respeito: “Olhem para Cabo Verde” diz Mo Ibrahim ao continente africano. LUSA/Deutsche Welle, Lisboa, 08 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/olhem-para-cabo-verde-diz-mo-ibrahim-ao-continente-africano/a-38352584>> Acesso em 09 jul. 2018.

KER, 2009, p. 135; FRYNAS, WOOD & SOARES DE OLIVEIRA, 2003, p. 46; MADEIRA & REIS, 2018, p. 183).

De entre as cinco antigas colónias portuguesas que obtiveram independência em meados da década de 1970, três sofreram guerras civis, regimes opressivos e momentos de grande instabilidade política (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). Cabo Verde e São Tomé e Príncipe fizeram, no início da década de 1990, as respetivas transições políticas de um sistema de partido único para uma democracia multipartidária e, desde então, “têm continuamente produzido governos democraticamente eleitos” (VEENENDAAL e CORBETT, 2014, p. 538), apesar do fraco desempenho económico (BAKER, 2006, p. 504; SEIBERT, 2006, p. 135; CAHEN, 1991, p. 141).

Cabo Verde ao optar por uma política de não-alinhamento, procurou estabelecer e cultivar relações de cooperação com países como Angola, Alemanha, Brasil, Coreia do Sul, Cuba, EUA, França, Portugal, Senegal, República Popular da China e Rússia na base da confiança, proximidade e respeito pelas diferenças em torno dos regimes políticos e económicos, tradições culturais e sistemas religiosos. A cooperação assentou essencialmente nos domínios da saúde, educação e desporto, infraestruturas e fomento empresarial, recursos humanos, financeiros, transportes e comunicações, energia, agricultura, pesca, pecuária e turismo. O arquipélago mantém relações bilaterais com todos os países lusófonos e é membro de várias organizações internacionais. Participa em diversos encontros sobre questões políticas, económicas e ambientais<sup>9</sup>. Assim sendo, torna-se necessário, em forma de pergunta e de maneira clara, responder ao seguinte problema de pesquisa: perante as condições edafoclimáticas do arquipélago, como sejam: reduzida superfície, solos pouco evoluídos, escassez de água, secas cíclicas e a influência dos ventos quentes e secos que sopram do deserto do Sahara, quais deverão ser os principais desafios de Cabo Verde em matéria de política externa no sentido de colmatar a insularidade, dependência e exposição a choques extremos? Para o estudo desta problemática, mostra-se imprescindível a adoção de um estudo qualitativo de base interdisciplinar que permita cruzar múltiplas técnicas de recolha de dados em diferentes momentos e lugares.

O presente artigo procura compreender o caminho percorrido por Cabo Verde para melhor se analisar os resultados até hoje obtidos, a partir do processo de formulação e implementação das decisões tomadas no âmbito da política externa. Apesar de Cabo Verde ser unanimemente considerado pelos organismos internacionais um exemplo de democracia, transparência e de *boa governação* em África (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2012, p. 16; EUROPEAN UNION, 2016, p. 3; INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016, p. 10; WORLD BANK, 2011) e de ter alcançado em 2007 o estatuto de País de Rendimento Médio<sup>10</sup>, o certo é que importantes desafios ao nível da política externa se impõem, particularmente num contexto mundial conturbado, marcado por incertezas a nível interno, sendo, portanto, relevante que se compreenda os principais elementos que interferem no processo de tomada de decisão dos Estados.

9. Cabo Verde é membro do Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS). Foi criada em 12 de setembro de 1973, na sequência das secas que atingiram a região do Sahel na década de 1970. Atualmente, fazem parte treze Estados-Membros, entre os quais oito costeiros (Benin, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Mauritânia, Senegal e Togo), quatro sem litoral (Burquina Faso, Mali, Níger e Chade), e um insular (Cabo Verde). No entanto, também sobre esta questão, o arquipélago presidiu em 2017, por um período de um ano, o Grupo dos Pequenos Estados Insulares Africanos e Madagáscar (em inglês SIDSAM) com vista a adotar uma posição comum nas organizações internacionais, regionais e sub-regionais, especialmente em relação à União Africana (UA), à Agenda 2063 e à Agenda Global 2030 na promoção do desenvolvimento sustentável.

10. Esta “subida” foi decidida em dezembro de 2004 pelas Nações Unidas e tal deveu-se, em grande parte, ao facto de Cabo Verde preencher pelo menos dois dos três critérios seguintes: ter subido o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Rendimento Per Capita (RPC), apesar de alguns avanços, continua ainda a faltar pontos-base no Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE) (PAIS, 2012, p. 65). A resolução da Assembleia Geral 59/209 determinou que a passagem para o grupo de PDM só seria efetiva, após um período de três anos, para permitir uma saída por etapas suscetível de criar condições para que a “promoção” não constituísse um obstáculo ao desenvolvimento do arquipélago. Neste sentido, as autoridades cabo-verdianas com o apoio do Sistema das Nações Unidas, criaram o Grupo de Apoio à Transição (GAT) em que estiveram presentes os principais parceiros internacionais para a implementação e aperfeiçoamento de uma estratégia progressiva de passagem para o Grupo dos PDM. Ver a este respeito: Arquipélago passa hoje a ser País de Desenvolvimento Médio. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/africa/arquipelago-passa-hoje-a-ser-pais-de-desenvolvimento-medio=f205442#gs.HN2aAgs>. Acesso em 09 jul. 2018.

## Compreender o processo de tomada de decisão em política externa .....

No domínio de Relações Internacionais é fundamental reconhecer que o estudo da política externa adquiriu, nas últimas décadas, uma importância acrescida, por constituir uma ferramenta essencial no posicionamento dos Estados no sistema internacional que o procuram no sentido de projetar o seu interesse nacional.

Ao longo da história da humanidade, diferentes povos se relacionavam e interagiam entre si, com o objetivo de atingir certos fins e assim concretizarem os seus interesses<sup>11</sup>. Um dos principais marcos históricos da política externa surge a partir da assinatura do Tratado de Vestfália em outubro de 1648. Por reestruturar a ordem internacional, o Tratado passou a assegurar os princípios fundamentais que regem as relações entre Estados, a saber: a separação de poderes e a não dependência e a não interferência nos assuntos internos.

Este acontecimento histórico foi de vital importância para a comunidade internacional, uma vez que se centrou no equilíbrio de poderes, na convivência com base na definição de regras jurídicas, na concertação multilateral, no respeito pelo direito internacional e na prossecução de uma diplomacia permanente (CRAVINHO, 2002, p. 50; FERNANDES, 1991, p. 30). Todavia, nem todos partilham desta opinião. Osiander (2001, p. 284), por exemplo, considera que a origem do conceito de soberania surgiu antes do século XVII. É perfeitamente possível, até muito provável, que tenha havido relações entre atores com base na soberania, antes mesmo da palavra ter surgido no vocabulário. O grau de autonomia dos atores pode variar, em parte, impulsionado pelas suas próprias escolhas, sem que haja necessariamente um discurso em torno da ideia de luta pela hegemonia. Na sua ótica, a dicotomia império-soberania é falsa, uma vez que, ao longo da história, sempre existiram formas de cooperação. Já Teschke (2002, p. 6) argumenta que o sistema vestfaliano foi, desde sempre, caracterizado por relações entre dinastias e outras comunidades políticas enraizadas na forma de sociedade pré-capitalista. A lógica de disputas de interesses entre dinastias, estruturou a política europeia até ao século XIX. Nesse artigo, o autor adianta a hipótese de que a geopolítica europeia em torno das dinastias surgiu muito antes de 1648. Neste sentido, torna-se necessário reconsiderar “Vestfália” como um marco histórico que representa uma mudança de paradigma no cenário geopolítico e fonte de referência no estudo das relações internacionais. O autor propõe que se proceda a uma reflexão acerca do surgimento do moderno sistema europeu de Estados-Nações.

Apesar das observações apresentadas, o certo é que, ao longo do tempo, assistiu-se a uma evolução notável nas relações entre Estados e, entre estes com outros atores internacionais, que se foram desenvolvendo em resposta às novas oportunidades e desafios. Nenhum Estado, mesmo uma superpotência, é autossuficiente para atuar de forma isolada na medida em que, cada vez mais, existe uma crescente interdependência entre Estados, organizações e grupos com destaque mundial. Todavia, os Estados nacionais continuam a ser os principais atores, senão exclusivos da sociedade internacional<sup>12</sup>. Aliás, esta era, até há poucas décadas, constituída basicamente por uma constelação de:

11. O conceito de interesse nacional refere-se àquilo que é considerado como um objetivo vital ou desejável por um determinado Estado nas Relações Internacionais (BERRIDGE e JAMES, 2003, p. 181).

12. A designação de sociedade internacional tornou-se um conceito genérico, muitas vezes associado à Escola Inglesa. Porém, outros autores deram igualmente um importante contributo para a sua definição. Por exemplo, o historiador alemão Heeren (1834) versa sobre os sistemas de Estados, que de uma forma ou doutra, acabaram por influenciar o pensamento da Escola Inglesa. O termo tem sido intrínseco ao direito internacional desde, pelo menos, o século XIX (Keene, 2002; Little, 2009; Schwarzenberger, 1951). Bull e Watson (1984) definem a sociedade internacional como um grupo de Estados (ou mais geralmente, um grupo de comunidades políticas independentes com poder de decisão). Estes não formam um sistema coerente, no sentido em que o comportamento de cada ator constitui um fator necessário para o cálculo em matéria de relações sociais. Este pode ser realizado pela via do diálogo, tendo em mente a consolidação de instituições comuns, bem como a definição de regras e procedimentos comuns. Para esse efeito, torna-se necessário reconhecer os interesses de ambos no sentido de manter os respetivos acordos (BUZAN, 1993, p. 330).

“Estados justapostos, ligados entre si por relações de interesse ou de força, orientando-se apenas por vagas indicações dum direito internacional embrionário e desprovido de mecanismos sancionatórios (...) as únicas formas de organização existentes eram rudimentares e consistiam em relações de domínio ou de equilíbrio de forças, em alianças temporárias contra inimigos comuns e em sistemas de representação mútua, através da acreditação de diplomatas” (GOMES, 1990, p. 57).

Contudo, numa perspectiva contemporânea, a análise da política externa, enquanto abordagem teórica diferenciada, teve a sua origem após a Segunda Guerra Mundial. Na sua gênese sobressaem as investigações de Snyder, Bruck e Sapin (1954), de Harold e Sprout (1956; 1965) e de Rosenau (1966). Estas produções acadêmicas contribuíram para a construção do campo de análise da política externa que, no período pós-Guerra-Fria, adquiriu uma renovada e importante centralidade no âmbito de Relações Internacionais (FREIRE e VINHA, 2011, p. 15; HAGAN, 2001, p. 10).

Os atores internacionais, com particular destaque para os Estados nacionais, passaram a recorrer à política externa como um meio eficaz para a projeção internacional, embora se possa considerar que a sua formulação e implementação não constituem tarefas simples, nem tão pouco lineares. Estas decorrem essencialmente da necessidade de se trabalhar diferentes modelos analíticos que possibilitam compreender de forma adequada o funcionamento da sociedade internacional. Existe uma intrínseca relação entre a dimensão interna ou doméstica e a dimensão externa ou internacional ou, por outras palavras, entre o agente e a estrutura (ROSENAU, 1969, p. 45).

Contudo, há que ter em consideração, no entanto, em razão de circunstâncias internas e externas e a sua evolução ao longo do tempo, a dimensão da política interna dos Estados. Afinal é disto que se trata: uma política pública que deveria, mais do que nunca, mostrar continuidade, seja por razões institucionais ou por força das suas responsabilidades. Putnam (1993, p. 432) chama a atenção para a análise das determinantes internas no sentido de enfatizar a política dos Estados. Entre os exemplos, destaca o papel dos legisladores, partidos e dos grupos de interesse (económicos e não-económicos). Aponta igualmente outros fatores que determinam as decisões. Estes dizem respeito aos arranjos institucionais, eleições e mudanças ao nível da opinião pública, assim como o papel das diferentes autoridades na assunção das suas responsabilidades. Não obstante haver discordância quanto à prevalência dos fatores internos sobre os externos ou vice-versa, o certo é que existe uma relação bidirecional entre estas dimensões. Por um lado, considera-se que o contexto interno constitui uma variável relevante na definição e priorização da agenda da política externa (HUDSON, 2007, p. 46; MILNER, 1997, p. 57; SAIDEMAN e AYRES, 2007, p. 195) e, por outro lado, o contexto internacional constitui um elemento fundamental e de referência no desenvolvimento interno ou doméstico (KEOHANE e NYE, 2000, p. 87; WALTZ, 1979, p. 34).

Sendo assim, conceitua-se, neste artigo, a política externa como um conjunto de instrumentos, estratégias e objetivos que os responsáveis governamentais optam no que concerne à formulação política para assim responder ao ambiente externo - atual e vindouro (ROSATI, 1994, p. 230). A política externa consiste na elaboração por parte dos decisores políticos ou

dos seus representantes devidamente autorizados, de programas orientados para a resolução de determinados problemas (HERMANN, 1990, p. 12).

Além de discutir a respeito de agente e estrutura, a política externa engloba outras dimensões analíticas, entre as quais as mais subjetivas, como sejam: crenças, valores, atitudes e interesses subjacentes ao processo de formulação e decisão (FREIRE e VINHA, 2011, p. 18). O interesse nacional explica porque um qualquer Estado se comporta de uma determinada maneira e age de uma forma específica no ambiente internacional. Geralmente, isto ocorre para se estar à altura das expectativas de outros Estados ou Organizações. Os Estados preservam e protegem os seus valores e interesses. Isso poderá ser feito de várias maneiras de acordo com o que é esperado. Poderá aqui incluir-se naturalmente a componente de cooperação. Espera-se que esta seja reforçada pelo desenvolvimento de outras duas componentes. A primeira prevê o desenvolvimento de uma cooperação estruturada através de um determinado quadro político. A segunda remete para o reforço da cooperação por intermédio da componente preferencial dos atores, a partir de uma análise cuidadosa dos objetivos que ambos têm em comum. Contudo, vários são os critérios que poderão ser aplicados com o objetivo de dotar os Estados de ferramentas para a tomada de decisões. Trata-se aqui de um processo que resulta de uma escolha consciente dos riscos que lhes estão associados.

Este debate leva-nos a refletir acerca de uma problemática importante que se prende essencialmente com as motivações subjacentes ao processo de formulação da política externa, nomeadamente o papel e as características individuais do decisor, bem como dos quadros ideológicos em que tais decisões são tomadas (JØRGENSEN, 2006, p. 52). Os objetivos a alcançar, fins a atingir, recursos internos e o contexto externo interferem na política externa de cada Estado. Ciente de que estes aspetos constituem importantes elementos para a tomada de decisões, cabe aos representantes políticos, avaliar os instrumentos da política externa a serem utilizados, consoante os fins a que se destinam.

#### ..... Política externa cabo-verdiana: da projeção à credibilização internacional .....

Localizado no Atlântico Médio, na região da costa ocidental africana, aproximadamente a 500 km do Senegal, o arquipélago de Cabo Verde é composto por dez ilhas e vários ilhéus que formam uma área geográfica de 4030 km<sup>2</sup>, tendo aproximadamente 539.560 habitantes (WORLD BANK, 2018). À semelhança dos pequenos Estados insulares africanos, Cabo Verde confronta-se com importantes desafios no que concerne ao seu desenvolvimento, sobretudo por se tratar de um país insular, vulnerável e dependente de fluxos externos. Os Pequenos Estados Insulares caracterizam-se por serem espaços abertos à influência externa, à mudança e à adaptação. Apresentam geralmente algumas características comuns: “Estados soberanos ou territórios autónomos, insulares e com população inferior a um milhão e meio de habitantes” (TOLENTINO, 2007, p. 139).

No que concerne à política externa cabo-verdiana, é possível identificar dois grandes períodos, desde a sua fundação enquanto Estado independente até à atualidade: O primeiro teve lugar entre 1975 e 1990,

num regime de partido único que assentava na unidade política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. O segundo vai de 1991 até à atualidade e foi, sobretudo, marcado pela passagem de um regime monopartidário para um regime multipartidário. Cabo Verde teve um percurso bastante peculiar no conjunto dos países africanos de expressão portuguesa, uma vez que, durante este período, deram-se ruturas nas instituições políticas e, ao mesmo tempo, formas de continuidade nas relações político-diplomáticas, em particular com a antiga metrópole (MADEIRA, 2016, p. 91).

Entre 1975 e 1990, a política externa de Cabo Verde decorreu num contexto internacional conturbado, marcado sobretudo pela Guerra Fria, que influenciou as décadas seguintes. Perante esta conjuntura, o Estado soberano teve que atuar de forma cautelosa mas firme por forma a obter a confiança interna e dos parceiros internacionais que pudessem garantir os apoios essenciais para fazer face às carências existentes no arquipélago. Neste período, destacam-se duas importantes fases: a primeira das quais, de 1975 a 1980, em que a política externa estava, de certo modo, direcionada para África, com adesão à OUA, atual UA, partilhando dos mesmos objetivos com a Guiné-Bissau e de outras antigas colónias portuguesas. Importa aqui destacar o jogo-duplo por parte da elite política cabo-verdiana que foi posta em prática no seio do partido, no qual o poder foi exercido de forma a manter boas relações com a URSS (formação e capacitação dos quadros médios e superiores) e os EUA (concessão de apoios na área da ajuda alimentar, combate à seca e desertificação e absorção de mão-de-obra cabo-verdiana) (GRAÇA 2014, p. 272). Para fazer face à grave crise que o país atravessava na altura, a Assembleia Nacional decidiu assumir uma posição de neutralidade na Guerra Fria e exprimir a sua posição firme e coerente em relação a assuntos políticos sensíveis como por exemplo o “dossier” África do Sul e a instalação de bases militares em território nacional.

A segunda fase decorreu entre 1980 e 1990 e foi marcada pela rutura do projeto de unidade Guiné-Cabo Verde, como consequência do golpe de Estado a 14 de novembro de 1980 ocorrido na Guiné-Bissau, designado de "Movimento Reajustador" perpetrado por João Bernardo “Nino” Vieira contra Luís Cabral, acabando por o afastar da presidência, lugar que ocupava desde 1973. Este processo resultou em divergências no seio do partido e que acabaram por dismantelar a unidade política de ambos os países, causando, em Cabo Verde, a mudança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) para Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) (NÓBREGA, 2003, p. 126-127).

As preocupações sobre a viabilidade da economia nacional, a carência a nível de infraestruturas e de capital humano, levaram os dirigentes políticos a traçarem, como objetivos centrais de Cabo Verde, o desenvolvimento e a consolidação da política externa, através da maximização das relações com os países doadores (MADEIRA, 2016, p. 92). O “fio condutor” da política externa foi a de conseguir, de forma estratégica, adquirir os meios que pudessem auxiliar o país no seu desenvolvimento, com o propósito de construir a imagem de um país viável e economicamente sustentável que, de alguma forma, contribuísse para orientar a política externa durante a Segunda República.

A queda do muro de Berlim em novembro de 1989 e a reunificação alemã em outubro de 1990, simbolizaram o desmoronamento da União Soviética, dando início à *terceira onda de democratização* (HUNTINGTON, 1994, p. 20) na América Latina e no continente africano. Cabo Verde acompanhou essa tendência na medida em que adotou o regime democrático<sup>13</sup> que passou a constituir, por excelência, o pilar da sua política externa (GRAÇA, 2012, p. 220). O arquipélago passou a apresentar-se no cenário internacional como um Estado democrático que segue um conjunto de princípios, entre os quais da liberdade e o respeito pelos direitos humanos, ciente de que o desenvolvimento económico depende da boa gestão que se quer do investimento direto estrangeiro (IDE), da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e das remessas dos emigrantes.

Ao abrir-se à economia de mercado, o país estabeleceu como meta essencial para o seu desenvolvimento, a aposta no sector privado - no investimento nos transportes, nas comunicações, energia e valorização dos escassos recursos naturais existentes. O arquipélago tem centrado a sua ação na consolidação do regime democrático, sobretudo com a difusão dos seus valores fundamentais: respeito pelos direitos humanos, *boa governação* e transparência. O esforço passou pela conceção de uma imagem de um país estável, promotor da estabilidade, da paz e dos valores democráticos. Cabo Verde passou de um Estado considerado por diversas organizações internacionais como “inviável” para um Estado viável, credível e reconhecido internacionalmente. Pelo fato de ter adotado uma política externa numa perspetiva realista, tendo em conta a reduzida dimensão em termos de superfície, baixa densidade populacional, agravada pelo afastamento, insularidade e distância a que as ilhas se encontram, relevo e clima difíceis, escassez de recursos naturais, fraco desenvolvimento, dependência de programas de ajuda externa, exigiu que fossem criadas estratégias de intensificação e de gestão responsável das ajudas externas (MADEIRA, 2015, p. 87). O cumprimento das obrigações financeiras externas, em conformidade com as regras e princípios constitucionais, acabaram por se traduzir na abertura ao comércio e ao investimento, permitindo, desse modo, uma relação económica bem-sucedida e mutuamente vantajosa com diversos países. O arquipélago tem procurado estabelecer relações de proximidade e de diálogo, tanto no plano bilateral como nas instâncias multilaterais em organismos como a UA, a CEDEAO<sup>14</sup> e da sinergia criada entre as diversas agências e organizações da ONU como o PNUD, a FNUAP e a UNICEF, contribuindo assim, para uma maior eficácia na implementação de programas de desenvolvimento.

O Estado cabo-verdiano, a partir da abertura política em 1990 abre espaço ao sector privado, passando este a assumir um papel de destaque no processo de crescimento económico e desenvolvimento do país. Verificou-se uma recentralização dos instrumentos da política externa, direcionados para a internacionalização da economia, reforço e intensificação das relações com outras potências (MACEDO, 2012, p. 12). Por exemplo, os EUA, a União Europeia e a China têm sido, nestes últimos anos, os principais parceiros do arquipélago, nomeadamente no acesso ao crédito, mas também de uma forma mais geral, nas modalidades de assistência técnica ao conjunto dos países que fazem parte do hemisfério sul.

13. A abertura política deu-se com a revisão da Constituição em 1990 que permitiu a realização das primeiras eleições livres no país. As primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde tiveram lugar a 13 de janeiro de 1991 com a vitória do *Movimento para a Democracia (MpD)*.

14. Cabo Verde é desde 1976 membro da CEDEAO e a sua condição de Estado Insular não tem passado despercebida no seio da comunidade, sobretudo, a partir da revisão do Tratado em 1993. O art.º 68 do respetivo Tratado determina que deve ser objeto de um tratamento especial no que se refere à insularidade. Este, tal como se encontra atualmente, acaba por limitar a sua atuação em relação aos mercados da região onde se insere. Apesar de, nestas últimas décadas, se verificar um esforço na tentativa de aproximação e cooperação com os grandes mercados da Europa, dos EUA e da China, o certo é que esta situação, acaba por encobrir em parte as suas vulnerabilidades, consequentes da tal insularidade.

15. A diplomacia económica preocupa-se com as questões da política económica, por exemplo, a atuação por parte de delegações que atuam no seio de Organizações. Os diplomatas económicos monitorizam e relatam as políticas económicas dos países e aconselham os governos de origem sobre a melhor forma de os influenciar. A diplomacia económica emprega os recursos económicos, entre os quais as recompensas ou sanções na prossecução de um determinado objetivo da política externa, sendo, por vezes, designado de “política económica” (BERRIDGE e JAMES, 2003, p. 91).

16. As Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia (UE) dizem respeito a territórios dependentes dos Estados-membros da UE, geograficamente distantes e devem ter um tratamento diferenciado, com salvaguardas específicas, nos termos do Tratado de Amsterdão (1997), por serem partes integrantes da UE. Cabo Verde não pertence à UE, mas mantém desde novembro de 2007 uma Parceria Especial com a UE, que visa fortalecer e aprofundar os laços existentes entre ambos para prosseguirem e reforçarem o diálogo político e a convergência económica, privilegiando, para além da tradicional relação doador-beneficiário. Esta relação baseia-se num quadro de confiança mútua e interesses comuns com base em valores e princípios, entre os quais: democracia, boa governação, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Ver a este respeito: EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION: Cape Verde and the EU. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/19890/cape-verde-and-eu\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/19890/cape-verde-and-eu_en)> e COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES: The Outermost Regions: an asset for Europe. Disponível em <[http://www.parliament.bg/pub/ECD/73430COM\\_2008\\_642\\_EN\\_ACTE\\_f.pdf](http://www.parliament.bg/pub/ECD/73430COM_2008_642_EN_ACTE_f.pdf)>. Acesso em 09 jul. 2018 e LORINCZ, A., 2011, p. 5-12.

Com a alternância política registada em 1991, Cabo Verde passou a primar pela sua inserção na economia mundial, considerando que é fundamental basear a sua ação numa política externa que privilegie a *diplomacia económica*<sup>15</sup> para assim procurar criar as condições necessárias para assegurar a respetiva estabilidade e credibilização externa. Desde essa data, a diplomacia cabo-verdiana tem vindo a conquistar espaço de forma efetiva, permitindo, desse modo, uma inserção mais dinâmica no cenário internacional. No domínio da segurança, em particular com os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, D.C., a rápida condenação dos ataques terroristas, assim como a manifestação da disponibilidade e confiança por parte do governo de Cabo Verde no sentido de permitir que a Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) utilizasse o espaço aéreo do arquipélago, dissipou quaisquer dúvidas sobre o passado socialista do PAIGC. Além disso, o elevado número de cabo-verdianos a residir na Europa e nos EUA e a relação de longa data com os seus parceiros ocidentais, levou a sugerir que os dirigentes políticos cabo-verdianos iriam fortalecer laços estreitos de cooperação com a Europa e os EUA.

Os programas do Governo de 2006-2011 e de 2011-2016 definem três eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana, a saber: uma diplomacia ao serviço do desenvolvimento na era da globalização; uma política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo e a projeção das comunidades cabo-verdianas no exterior, passando pelos conceitos de nação global, arquipelágica e diaspORIZADA (COSTA e PINTO, 2014, p. 217). Estes aspetos chamam implicitamente a atenção para o investimento e a aposta em outros setores como o do turismo, a cultura e o mar, que contribuem para proporcionar uma outra dimensão à diplomacia económica com o propósito de se ampliar sinergias e potencializar a sua atuação no mercado, com a meta principal de atrair o IDE e incrementar as exportações.

A estratégia passa por potencializar outros mercados internacionais, como sejam os mercados africanos e o das Regiões Ultraperiféricas (RUP)<sup>16</sup>, além de preservar os tradicionais mercados da UE e da CE-DEAO. Corsino Tolentino (2015, p. 2) trouxe para o debate em julho de 2015, a necessidade de se perspetivar uma maior integração do arquipélago na região e no continente africano. O autor considera que Cabo Verde é parte da geopolítica africana e, neste sentido, o país deveria assumir a sua natureza e vocação inter-regional, no sentido de aproveitar de forma mais eficaz a sua relação com a comunidade onde se insere, o que não significa “abrir mão” de outras parcerias estratégicas consideradas úteis para o desenvolvimento do país. Este debate visou consubstanciar a política externa cabo-verdiana num discurso e numa prática que apontam para o crescente papel do país no cenário internacional.

Com as eleições legislativas em março de 2016, que ditaram a maioria absoluta do partido *Movimento para a Democracia (MpD)* no Parlamento, o novo Governo eleito, com a apresentação em maio de 2016, do Programa do Governo para a IX Legislatura (2016-2021), teve a preocupação de seguir uma política externa com vista a reforçar as parcerias existentes e promover a criação de novos espaços de cooperação internacional. Para concretizar este desiderato, Cabo Verde tem vindo a enveredar por uma

diplomacia assente na materialização das suas estratégias políticas. Destaca-se aqui o esforço que o país tem adotado no sentido de melhorar o ambiente de negócios para atrair o IDE<sup>17</sup>, em particular de empresas internacionais e/ou consórcios que procuram o arquipélago como plataforma de inserção na região africana.

#### Principais linhas de força da política externa cabo-verdiana.....

Por se tratar de um Estado que goza da estabilidade das suas instituições, que garante a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, encontra-se localizado no Atlântico Médio, o que acaba por despertar mais atenção e interesse por parte de diferentes parceiros, nomeadamente dos EUA, do Brasil, da UE e da China para a possibilidade de firmar acordos de cooperação e consolidar alianças. Para continuar a mobilizar a ajuda externa, é necessário proceder a uma leitura atenta do contexto internacional, consciente de que vários são os desafios, sendo indispensável direcionar um olhar permanente às linhas de força no sentido de adquirir, aprofundar ou atualizar conhecimentos relativamente a acontecimentos e estruturas, bem como a mudanças e continuidades que têm lugar no panorama internacional. Cabo Verde terá, nesse âmbito, de ser capaz de ajustar a sua política externa às exigências da sociedade internacional.

Num contexto de grandes mudanças, desde a segurança às realidades sociais, económicas e ambientais específicas, as decisões implicam efetivamente uma renovação das disposições relativas à política externa. As diretrizes e linhas de ação deverão continuar a se estruturar em torno de uma inserção mais segura e sustentável. Para um país arquipelágico é fundamental fortalecer parcerias tradicionais em articulação com as mais recentes, de modo a dinamizar a APD. Esta ação tem sido efetuada através de uma política de desenvolvimento assente na gradual diversificação económica e redução da dependência externa.

A diversificação da economia encontra-se no topo da lista de prioridades do programa do Governo para a IX Legislatura (2016-2021) que pretende atrair mais investimento, gerar emprego e acelerar o crescimento económico, especialmente no domínio das infraestruturas por forma a melhorar o ambiente de negócios para as pequenas e médias empresas. Além do turismo, o governo procura atrair investimentos para os sectores produtivos, nomeadamente nas áreas da indústria, serviços, energias renováveis, finanças e banca<sup>18</sup>.

Em janeiro de 2018 foi publicado em Abidjan, Costa do Marfim, o relatório Perspetivas Económicas em África. O estudo aponta para a necessidade de diversificação da economia cabo-verdiana. Esta constitui uma prioridade com vista a garantir um crescimento sustentável e duradouro. O setor dos serviços representa aproximadamente 70% do PIB e o do turismo 20%. Um ponto negativo apontado diz respeito à necessidade do governo estimular o crescimento económico e a produtividade, atualmente em declínio. Tal só será possível mediante a diversificação da sua base económica, do reforço da resiliência a choques provenientes do exterior, designadamente os relacionados com os acontecimentos climáticos

17. O Governo criou em julho de 2016 a agência Cabo Verde Tradind Invest (CVTI), cuja missão é a de preparar o país para atrair os investimentos e ser mais eficaz nas respostas às exigências dos investidores que procuram o arquipélago. Na página que a CVTI mantém na Web encontram-se os diversos motivos para se investir em Cabo Verde: [1] localização geográfica e estratégia privilegiada de proximidade entre os três continentes (África, Europa e Américas); [2] Estabilidade política (Boa Governação - 4º Melhor em África (Mo Ibrahim Foundation); Liberdade de imprensa (País de 1ª categoria (Freedom House); Democracia (27ª Posição no Mundo); Perceção da Corrupção (2º em África e 39º no Mundo (International Transparency); [3] Estabilidade Económica (Liberdade Económica - 3º na CEDEAO e 9º em África (Economic Freedom Index - Heritage Foundation); acesso internet ao público em geral (4ª posição em África); Índice de Desenvolvimento TIC's (IDI (4º em África e 1º na África Ocidental); Desenvolvimento das Infraestruturas (9º em África - África Infrastructure Development Index); o facto do Governo cabo-verdiano dar garantias de que respeitará o direito dos investidores em matéria de conceção de benefícios fiscais; [3] Estabilidade social (Desenvolvimento Humano (3º em África (UNDP); Qualidade de vida (3º em África (EIUnit Index); Taxa de literacia (95% da população jovem). Disponível em: <<http://cvtradeinvest.com/>> Acesso em 09 jul. 2018.

18. EXPRESSO DAS ILHAS. Revisão da política de investimento aposta na diversificação, Disponível em <<https://expressodasilhas.cv/economia/2018/04/25/revisao-da-politica-de-investimento-aposta-na-diversificacao/57879>> Acesso em 09 jul. 2018a.

adversos ou do desempenho económico da zona euro, que se repercute nas áreas do comércio e do turismo, do investimento direto estrangeiro e das remessas de emigrantes. O estudo aponta para a possibilidade de reestruturação das empresas públicas, como a Cabo Verde Airlines e a IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., cujas dívidas ascendem a quase 20% do PIB (ADB, 2018, p. 133). Apesar do anteriormente exposto, o país tem vindo, desde a independência, a apostar na valorização das suas relações bilaterais e multilaterais com o objetivo de captar recursos externos, em particular, junto de organizações internacionais, organismos e agências, sobretudo de crédito, com os quais Cabo Verde mantém uma cooperação técnico-financeira. Este procedimento permite reforçar os laços com esses países através de uma panóplia de formas de cooperação e de assistência. Destaca-se aqui o Grupo de Apoio Orçamental (GAO) que tem como membros o Banco Africano de Desenvolvimento (BAI), o Banco Mundial (BM), a União Europeia (EU), Luxemburgo e Portugal.

Dada a importância dos países em desenvolvimento no que concerne à dinamização do comércio global, sugere-se que Cabo Verde intensifique as suas relações com os países da sua região, assim como dos países com os quais possui acordos especiais. O compromisso com o aprofundamento da integração regional deverá constituir uma prioridade para a ação externa do país para melhorar a coesão regional, o crescimento e o progresso social, com reflexos na difusão dos valores democráticos (DUARTE, 2004, p. 119). A redução das assimetrias regionais, a inclusão social e o fortalecimento da soberania e da democracia constituem pilares no que respeita à promoção de uma melhor integração e diálogo político entre os Estados-membros da comunidade.

A CEDEAO, como espaço de livre comércio, deve primar pela aproximação entre os seus membros, consciente de que é possível constituir um espaço de convergência política e diplomática, pensando no desenvolvimento conjunto. Estas ações devem estar em sintonia com os desafios da política externa num contexto internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O facto de Cabo Verde pertencer ao *Grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*, permite que seja definida uma estratégia de reforço do potencial da sua política externa, consciente de que a troca de experiências possibilitará a integração de um maior número de quadros em organizações internacionais. Se a estratégia passa pela reaproximação da sub-região onde o país se insere, é igualmente necessário demonstrar que a política externa é cada vez mais relevante, cuja responsabilidade internacional perante os demais parceiros deverá constituir uma marca da identidade cabo-verdiana, por forma a facilitar a adaptação à mudança (ESTEVÃO, 2013, p. 680).

Não obstante a vontade de exercer influência na agenda internacional, Cabo Verde deverá fazer parte de espaços multilaterais com pretensão de obter benefícios palpáveis que contribuam efetivamente para o seu desenvolvimento (TAVARES, 2013, p. 220). As transformações verificadas na distribuição do poder geopolítico mundial nas últimas décadas levam o país a repensar a sua política externa para que a aproximação a outros países seja efetivamente possível. Se o interesse do país é o de aprofundar a sua relação com os Estados e Organizações internacionais, esta necessi-

tará de ser centrada na coordenação entre as questões económicas e financeiras através da fomentação do desenvolvimento socioeconómico em bases sustentáveis. Seria, efetivamente, desejável que os representantes diplomáticos nos principais pólos de interesse, facilitassem este processo num diálogo permanente e concertado com os objetivos e interesses.

O engajamento da diplomacia cabo-verdiana é fundamental, na medida em que permite facilitar a coordenação entre o arquipélago e os seus parceiros de modo a ampliar o comércio e os investimentos em sectores estratégicos que estão demarcados na *agenda de transformação do país*, em particular nas áreas da educação, saúde, infraestruturas, segurança e na assinatura de vários acordos de cooperação em diferentes domínios. Além disso, há um interesse cada vez maior em levar mais além estes tipos de investimentos no sector financeiro e bancário em Cabo Verde<sup>19</sup>. É aqui de ressaltar que a aproximação de Cabo Verde aos países do hemisfério sul não deve ser vista como um mecanismo de afastamento aos países do hemisfério norte. Pelo contrário, esta deve ser encarada como um valor acrescentado para o reforço e modernização da agenda de diálogo e de cooperação do país, visto que se verifica uma preocupação constante em procurar pólos atrativos que tenham impacto significativo na economia global.

Por constituir um exemplo a nível africano da democracia<sup>20</sup> e da transparência na gestão da *coisa pública*, Cabo Verde beneficiou em 2004 e 2012 do programa americano *Millennium Challenge Account* (MCA), gerido pelo *Millennium Challenge Corporation* (MCC)<sup>21</sup>. Este programa foi um dos principais instrumentos de cooperação Cabo Verde-EUA e teve como principal objetivo ajudar Cabo Verde no combate à pobreza e na melhoria das condições de vida da sua população ao investir em áreas como o saneamento, higiene e na mobilização de recursos hídricos e gestão de propriedade e, assim, criar condições para que se promova o investimento neste setor estratégico, em particular no que concerne às informações fundiárias, permitindo assim uma maior eficiência na administração das transações de terrenos.

Em setembro de 2016, Cabo Verde e os EUA assinaram um acordo de colaboração com vista a melhorar a competitividade das empresas cabo-verdianas. Um dos pontos diz respeito ao aumento das exportações para os EUA. Este acordo disponibiliza um serviço de aconselhamento a empresas cabo-verdianas que lhes permita alcançar competitividade e integração no comércio regional e nas exportações de valor acrescentado para os Estados Unidos, ao abrigo do African Growth and Opportunity Act (AGOA). De salientar ainda que este acordo prevê igualmente a entrada nos EUA de um conjunto de produtos sem taxas aduaneiras<sup>22</sup>. Os diversos programas têm capacitado Cabo Verde para investir, quer nos projetos rentáveis, quer no sector privado e na capacitação institucional. As boas relações entre Cabo Verde e os EUA refletiram-se na assinatura, em setembro de 2017, de um novo acordo de cooperação militar que abre espaço para a presença de forças americanas em Cabo Verde. Este acordo denominado de *Status of Forces Agreement* (SOFA) procura fornecer uma base legal para reforçar a defesa e segurança de ambos os Estados. O acordo define os termos e as condições de participação entre Cabo Verde e os

19. O empresário de Macau David Chow, Presidente da Legend Globe Investment Company, assinou em junho de 2017 um acordo com o governo de Cabo Verde para a abertura de uma instituição de crédito - Banco Sino-Africano - permitindo assim alargar os investimentos no país. PONTO FINAL, Macau, 06 jun. 2017. Disponível em: <<https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/06/06/david-chow-assinou-acordo-para-abrir-banco-em-cabo-verde/>> Acesso em 09 jul. 2018.

20. O antigo presidente dos EUA, Barack Obama, na Cimeira Estados Unidos-África, que teve lugar entre 4 e 6 de agosto de 2014, em Washington, D.C., apresentou Cabo Verde como exemplo de democracia para a África e para o mundo. Antes do encerramento da Cimeira Cúpula EUA-África, Obama anunciou um programa de investimentos de US \$ 33 bilhões para os países que respeitam os direitos humanos, a liberdade e a democracia. Disponível em: <[http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id\\_cod=8940](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=8940)> Acesso em 09 jul. 2018.

21. Em fevereiro de 2012, Cabo Verde assinou o *Compacto MCA-Cabo Verde II*, tendo concluído em novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.mca.cv/index.php/pt/arq-noticias/450-primeiro-ministro-preside-a-cerimonia-de-encerramento-do-segundo-compacto-do-mca-cabo-verde>> Acesso em 09 jul. 2018.

22. OBSERVADOR. Cabo Verde e Estados Unidos assinam acordo para aumentar exportações cabo-verdianas, Observador, Lisboa, 16 set. 2018. Disponível em: <<https://observador.pt/2016/09/16/cabo-verde-e-estados-unidos-assinam-acordo-para-aumentar-exportacoes-cabo-verdianas/>> Acesso em 09 jul. 2018.

23. Ver a este respeito: EXPRESSO DAS ILHAS. Opinião do Embaixador dos Estados Unidos da América em Cabo Verde, Donald L. Heflin sobre o Acordo do Estatuto das Forças Armadas Norte-Americanas, SOFA, Expresso das Ilhas, 02 jul. 2018. Disponível em: <<https://expressodasilhas.cv/opiniao/2018/07/02/sobre-acordo-do-estatuto-das-forcas-armadas-norte-americanas-sofa/58888>> Acesso em 09 jul. 2018.

EUA no domínio militar, dando especial ênfase ao estatuto dos soldados norte-americanos em território cabo-verdiano<sup>23</sup>.

Além da cooperação com os EUA, Cabo Verde tem priorizado o espaço europeu, investindo no reforço e aprofundamento da Parceria Especial entre Cabo Verde e a UE, que remonta a 2007. A Parceria tem garantido ao arquipélago a aproximação a espaços estáveis, seguros e economicamente viáveis, destacando-se, por exemplo, as Regiões Ultraperiféricas, permitindo assim obter uma posição mais vantajosa junto das organizações internacionais (COSTA e PINTO, 2014, p. 170). Os benefícios da Parceria são evidentes para ambas as partes, particularmente para Cabo Verde, que tem possibilidade de aceder a fundos estruturais da UE nos moldes e dimensão indispensáveis para um desenvolvimento sustentado (MADEIRA, 2013, p. 68).

A UE necessita de parceiros fortes, sólidos e credíveis. Esta Parceria materializa a vontade de construir um diálogo mais estruturado na relação entre ambas as partes. Enquadra-se no campo de aplicação do Acordo de Cotonu. Pretende que sejam postos em prática todos os meios previstos no acordo com o propósito de definir um novo modelo de cooperação UE-Cabo Verde. Esse modelo contribui para que o arquipélago almeje ir além do quadro das relações existentes, com vista a alcançar um elevado nível de cooperação. A Parceria Especial contempla seis pilares que incidem em diversas áreas prioritárias: [1] Boa governação; [2] Segurança/estabilidade; [3] Integração Regional; [4] Convergência técnica e normativa; [5] Sociedade do Conhecimento; [6] Luta contra a pobreza e desenvolvimento<sup>24</sup>. Cabo Verde e a UE consideram que, para continuar a estreitar os laços de cooperação é imprescindível, estabelecer acordos, entre os quais o da facilitação da emissão de vistos de curta duração para os cidadãos cabo-verdianos e da UE. Cabo Verde adotou em 2017 uma medida para a isenção de vistos a cidadãos da UE, para incentivar os investidores e atrair mais turismo, dado que este último setor constitui um dos motores de desenvolvimento e de criação de emprego. A possível isenção de vistos por parte da UE a cidadãos cabo-verdianos, foi amplamente debatida com a delegação de deputados europeus que visitou o arquipélago em setembro de 2017, alertando para a necessidade de Cabo Verde promover uma reforma no sector de segurança a fim de garantir as condições do controlo ao nível das fronteiras.

O relacionamento Cabo Verde-UE representa uma significativa elevação do nível de interlocução e ampliação da cooperação bilateral entre o arquipélago e outros Estados-membros como Áustria, Espanha, França, Noruega, Países Baixos, Luxemburgo e Portugal. Estes dois últimos, a par da UE, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial (BM) fazem parte do GAO e consideram fundamental atender à melhoria das condições de vida dos cidadãos cabo-verdianos. A diversificação de parceiros e a defesa de um multilateralismo a múltiplos níveis, mostra-se indispensável para a sua inserção internacional, além de permitir trilhar os caminhos de crescimento e desenvolvimento sustentável, com angariação de fundos e ajuda concreta em formato de donativos e empréstimos concessionais (CARVALHO, 2013, p. 42; GRAÇA, 1998, p. 157). A inserção a nível bilateral e multilateral de Cabo Verde tem apresentado

24. Cape Verde and the EU. EEAS, Brussels, 11 mai. 2016. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/19890/cape-verde-and-eu\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/19890/cape-verde-and-eu_en)>. Acesso em 09 jul. 2018.

resultados concretos, de modo a fazer com que a política externa seja um importante vetor de inserção em plataformas seguras, por forma a garantir o equilíbrio entre os pilares económico, ambiental e social (MADEIRA e MONTEIRO, 2016, p. 548). Seguindo este caminho, o país estará certamente a investir na criação de condições para se tornar numa plataforma segura e competitiva no Atlântico Médio, próximo dos grandes mercados africanos (COSTA, 2011, p. 230).

Cabo Verde acolheu entre 17 a 18 de julho de 2018, em Santa Maria, Ilha do Sal, a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que teve como lema “Cultura, Pessoas e Oceanos”. Nesta Cimeira, Cabo Verde assume até 2020 o exercício da Presidência da CPLP<sup>25</sup>. O país pretende apresentar as suas propostas sob a forma de resoluções, declarações e acordos na área cultural e no domínio dos oceanos e mares. Tem ainda a intenção de alargar o debate, no que concerne às diferentes realidades dos Estados-membros. Uma outra observação diz respeito ao aprofundamento progressivo da mobilidade no espaço lusófono, que vai ao encontro do *Documento de Reflexão sobre a Residência no Espaço da CPLP* que, entretanto, já foi iniciado por Portugal<sup>26</sup>.

Se a política externa constitui um importante vetor na implementação de estratégias de desenvolvimento, a diversificação de parcerias permitirá constituir uma linha estratégica para a credibilização externa do país. Isso só será possível se Cabo Verde apostar na promoção, designadamente, da tecnologia e da inovação para a modernização dos serviços públicos, em ações de promoção e projetos em matéria de “economia azul” e de energias renováveis na região, bem como no setor do turismo. Cimentar a posição nas organizações regionais e sub-regionais constitui, sem dúvida, uma estratégia para viabilizar a integração de Cabo Verde na sociedade internacional, permitindo ampliar e dinamizar as relações com um número cada vez mais diversificado de parceiros, que têm procurado o país para investimentos no comércio, no turismo, no mar, na ciência e na tecnologia. Se a ordem internacional evoluiu em direção à multipolaridade<sup>27</sup>, é expectável que Cabo Verde aposte na diversificação das suas relações. A crise financeira internacional, que afetou de forma direta os tradicionais parceiros do arquipélago, demonstra a necessidade de se adotar condições para que se consolide uma política externa mais abrangente que procura economias emergentes e estáveis.

Por se tratar de um Estado que, ao longo da sua história, apostou no diálogo internacional para debelar fragilidades, faz sentido que Cabo Verde continue a utilizar a sua política externa como instrumento para obter consensos. Foi com este desígnio que Cabo Verde foi escolhido para organizar o IV Fórum Mundial de Desenvolvimento Económico Local (DEL), que teve lugar na Cidade da Praia entre 17 e 20 outubro de 2017. Este Fórum, o primeiro realizado em África, serviu para ampliar os espaços de atuação, mostrando a sua capacidade e condições para se debaterem grandes questões como a economia azul, o turismo nos países insulares, a segurança alimentar, segurança e desenvolvimento, o municipalismo e a articulação intersectorial.

Saber ajustar as políticas à evolução das circunstâncias económicas e tecnológicas, a política externa cabo-verdiana estará em condições de

25. CPLP. Cabo Verde acolhe Cimeira CPLP. CPLP-NOTÍCIA, Lisboa, 27 jun. 2018. Disponível em <<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5828&M=NewsV2&PID=10872>> Acesso em 09 jul. 2018.

26. OBSERVADOR. Cabo Verde vai apresentar na CPLP proposta para mobilidade adaptada a cada país. Observador, Lisboa, 22 mai. 2018. Disponível em <<https://observador.pt/2018/05/22/cabo-verde-vai-apresentar-na-cplp-proposta-para-mobilidade-adaptada-a-cada-pais/>> Acesso em 09 jul. 2018.

27. Ver a este respeito: KEOHANE e NYE, 1998; VIOTTI e KAUPPI, 1999; TOUVAL, S. 2010; WILKINSON, 2010; ZARTMAN e TOUVAL, 2010.

minimizar os efeitos estruturais da insularidade e da quase inexistência de recursos naturais. Se a pequenez do território se reflete na política externa, significa que a sua diplomacia deve canalizar os recursos necessários para multiplicar e diversificar parcerias, consciente de que os interesses da Nação devem ser salvaguardados e fidedignamente representados, de modo a que o país esteja em sintonia com os anseios de um mundo mais estável e mais seguro.

#### Considerações finais

Por norma, os pequenos Estados insulares necessitam da colaboração de outras potências, com vista a debelar fragilidades e adotar modelos de desenvolvimento que possibilitem a redução das desigualdades sociais e assimetrias regionais, inclusão social, política e económica. Em Cabo Verde estes aspetos não têm sido diferentes, na medida em que o país apostou numa política externa realista que espelhasse, no cenário internacional, uma identidade forte e coerente, defendendo de forma firme e consistente os seus interesses.

As transformações substanciais na ordem internacional, com destaque para as potências como os EUA, a China e a UE, passam a integrar o *xadrez do poder* através da multipolarização do poder político e económico. Esta conjuntura obriga os Estados em desenvolvimento a centrarem-se numa política externa coerente, com o objetivo de alcançarem uma posição firme e assumida para que, de forma coligada, possam igualmente influenciar a *agenda internacional*.

A acompanhar esta tendência, a política externa cabo-verdiana estará seguramente em condições de se adaptar às mudanças do contexto internacional, pois apesar de uma relativa melhoria, muito recente, a situação do mercado mundial continua instável. Para isso, deverá continuar a investir no domínio do capital humano e na melhoria das condições de vida das populações. A estratégia passa por despertar o interesse de organizações internacionais, regionais ou mundiais, para o estabelecimento de relações sólidas, ganhando confiança nas suas potencialidades, para colmatar o défice geoeconómico.

Dada a multiplicação de pólos de cooperação e de parceria, o atual ambiente internacional tem facilitado a reforma e a modernização dos instrumentos da política externa dos pequenos Estados insulares para uma melhor integração. Vive-se, portanto, um momento único na história deste país, que desperta um maior interesse no cenário internacional. Neste sentido, Cabo Verde, apesar dos constrangimentos estruturais como sejam: descontinuidade geográfica, secas cíclicas, escassa população e precariedade dos recursos naturais, deve continuar a trabalhar a fim de se ancorar em economias emergentes e em ascensão, fazendo da multipolaridade uma ferramenta de oportunidades.

O sistema internacional é atualmente caracterizado por uma multiplicidade de centros de poder que tem dado aos países africanos a oportunidade de desempenhar um papel importante no equilíbrio mundial, visto que estes são fontes de dinamização do crescimento económico, especialmente os países que têm demonstrado capacidade de superar a po-

breza e as desigualdades sociais. O compromisso de Cabo Verde para com os congéneres africanos passa pela reestruturação da sua política externa, apostando na diversificação de pólos de cooperação e encorajamento da sua integração regional. Isto requer que o arquipélago fomente a participação pela via do diálogo, do entendimento e do acordo, contribuindo, deste modo, para o reforço da confiança recíproca entre os Estados da região. Cabo Verde é um país que se situa numa região que pode efetivamente servir como plataforma para estimular o surgimento de novas cooperações nos domínios económico, político e cultural.

## Referências

- AFRICAN DEVELOPMENT BANK, **African Economic Outlook 2018**. Abidjan: African Development Bank, 2018.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **Cape Verde, The Road Ahead, Regional–West 2 Department (ORWB)**. Abidjan: African Development Bank / African Development Fund, 2002.
- AMANTE DA ROSA, M. Geoestratégia de Cabo Verde no Atlântico Médio. **Revista Direito e Cidadania**, n. 25/26, p. 163-187, 2007.
- AXELROD, R. O. KEOHANE. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. **World Politics** n.38, v.1, p. 226-254, 1985.
- BAKER, B. Cape Verde: Marketing Good Governance. **Africa Spectrum**, v. 44, n. 2, 2009, p. 135-147.
- BAKER, B. Cape Verde: The most democratic nation in Africa. **Journal of Modern African Studies**, n.44, p. 493-511, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **O Banco Mundial em Cabo Verde - Dados**. Banco Mundial, Washington, 2017. <<https://data.worldbank.org/country/cabo-verde>>. Acesso em 9 jul. 2018.
- BERRIDGE, G., JAMES, A. **A Dictionary of Diplomacy**. 2<sup>nd</sup> Ed. New York. Palgrave Macmillan, 2003.
- BULL, H.; WATSON, A. (Eds.). **The Expansion of International Society**. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- BUZAN, B. From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory Meet the English School. **International Organization**, v. 47, n. 3, p. 327-352, 1993.
- CABO VERDE TRADEINVEST. **Porquê Cabo Verde?** Cabo Verde TradeInvest, Praia, 2018. Disponível em: <[cvtradeinvest.com](http://cvtradeinvest.com)>. Acesso em 09 jul. 2018.
- CAHEN, M. Arquipélagos da Alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 14/15, p. 13-153, 1991.
- CARDOSO, R. **Cabo Verde: Opção para uma Política de Paz**. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1986.
- CARVALHO, R. A. P. S. **Cabo Verde: o papel da política externa na projeção internacional e desenvolvimento de um Pequeno Estado arquipelágico**. 2013. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. The outermost regions: an asset for Europe. Communication from the Commission. COM(2008)642 final, Brussels, 17 out. 2008. Disponível em <[http://www.parliament.bg/pub/ECD/73430COM\\_2008\\_642\\_EN\\_ACTE\\_f.pdf](http://www.parliament.bg/pub/ECD/73430COM_2008_642_EN_ACTE_f.pdf)>. Acesso em 09 jul. 2018.
- COSTA, S. A política externa cabo-verdiana na encruzilhada atlântica: entre a África, a Europa e as Américas. In: ÉVORA, I.; FRIAS, S. (Coord.) **Seminário sobre Ciências Sociais e desenvolvimento em África**. Lisboa: CEsA-ISEG-UTL, 2011. Cap. 16, p. 221-257.
- COSTA, S.; PINTO, J. A política externa cabo-verdiana num mundo multipolar: Entre a ambivalência prática e a retórica discursiva? In: DELGADO, J.P.; VARELA, O. B. e COSTA, S. C. **As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras Contemporâneas**. Praia: ISCJS, 2014. Cap. 5, p. 159-223.
- CPLP. Cabo Verde acolhe Cimeira CPLP. CPLP-Notícia, Lisboa, 27 jun. 2018. Disponível em <<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5828&M=NewsV2&PID=10872>>. Acesso em 09 jul. 2018.

- CRAVINHO, J. G. **Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- DAVIDSON, B. **As Ilhas Afortunadas. Um Estudo sobre a África em Transformação**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- DEGNBOL-MARTINUSSEN, J.; ENGBERG-PEDERSEN, P. **Aid: Understanding International Development Cooperation**. London/New York: ZED Books, 2005.
- DIAS, J.; CARMO, J. S. A. Breves considerações sobre as ilhas e a sua gestão. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, n.10, v.3, p. 243-253, 2010.
- DUARTE, J. A. As Relações Internacionais de Cabo Verde na África Ocidental e os quadros regionais cooperação na União Europeia. **Estratégia: Revista de Estudos Internacionais**, n. 20, p. 117-126, 2004.
- EMPREAMAR CV, O meio marinho com recurso para o empreendedorismo em Cabo Verde. INDP/ Uni-CV, Mindelo, 2018. Disponível em <<http://www.empreamarcv.org/>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- ESTEVEÃO, J. Cabo Verde entre a integração económica internacional e a integração regional: dilemas e contradições. In: SARMENTO, C.; COSTA, S. **Entre África e a Europa: Nação, Estado e democracia em Cabo Verde**. Coimbra: Almedina, 2013. Cap. 23, p. 671-706.
- EUROPEAN UNION. **Relation between The European Union and the Republic of Cabo Verde**. Praia: EU Delegation in Cape Verde/GPS Consulting, 2016.
- EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION, Cape Verde and the EU, EEAS, Brussels, 2018. Disponível em <[https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/19890/cape-verde-and-eu\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/19890/cape-verde-and-eu_en)>. Acesso em 09 jul. 2018.
- EXPRESSO, Arquipélago passa hoje a ser País de Desenvolvimento Médio. Expresso, Lisboa, 01 jan. 2008. Disponível em <[http://expresso.sapo.pt/africa/arquipelago-passa-hoje-a-ser-pais-de-desenvolvimento-medio=f205442#gs.oH84P\\_o](http://expresso.sapo.pt/africa/arquipelago-passa-hoje-a-ser-pais-de-desenvolvimento-medio=f205442#gs.oH84P_o)>. Acesso em 09 jul. 2018.
- EXPRESSO DAS ILHAS, Revisão da política de investimento aposta na diversificação. Expresso das Ilhas, Praia, 25 abr. 2018. Disponível em <<https://expressodasilhas.cv/economia/2018/04/25/revisao-da-politica-de-investimento-aposta-na-diversificacao/57879>>. Acesso em 09 jul. 2018a.
- EXPRESSO DAS ILHAS, Sobre o Acordo do Estatuto das Forças Armadas Norte-Americanas, SOFA. Expresso das Ilhas, Praia, 02 jul. 2018. Disponível em <<https://expressodasilhas.cv/opiniaao/2018/07/02/sobre-acordo-do-estatuto-das-forcas-armadas-norte-americanas-sofa/58888>>. Acesso em 09 jul. 2018b.
- FERNANDES, A. J. **Relações Internacionais: factos, teorias e organizações**. Lisboa: Presença, 1991.
- FREIRE, M. R.; VINHA, L. Política externa: modelos, actores e dinâmicas. In: FREIRE, M. R. **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Cap.1, p. 13-53.
- FRYNAS, J. G.; WOOD, G., & SOARES DE OLIVEIRA, R. M. S. Business and politics in Sao Tome e Principe: From cocoa monoculture to petro-state. **African Affairs**, n.102,2003, p. 51-80.
- GOMES, Gonçalo Santa Clara. A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional. **Defesa e Nação**, v. XV, n.56, p. 54-76, 1990.
- GOMES, B.; MOREIRA DE SÁ, T. **Carlucci vs Kissinger - Os EUA e a Revolução Portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- GRAÇA, C. Q. L. A noção de "pragmatismo" na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e Opções Identitárias. In: DELGADO, J.P; VARELA, O. B.; COSTA, S. **As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras Contemporâneas**. Praia: ISCJS, 2014. Cap. 7, p. 267-283.
- GRAÇA, C. Q. L. Dos Alicerces Históricos da Política Externa da República de Cabo Verde. **Direito e Cidadania**, ano II, n. 4, p. 151-166, 1998.
- GRAÇA, J. A. A génese da política externa cabo-verdiana. **PROELIUM: Revista Científica da Academia Militar**, série VII, n. 1, 2012, p. 211-230.
- HAGAN, J. Does decision making matter? systemic assumptions vs. historical reality in international relations theory. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, 2001, p. 5-47.
- HERMANN, C. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, 1990, p. 3-21.
- HUDSON, V. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

- HUNTINGTON, S. **A Terceira Onda: A Democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND, IMF Country Report No. 16/366. Washington: International Monetary Fund, 2016.
- JØRGENSEN, K. E. Theoretical perspectives on the role of values, images and principles in foreign policy. In: MANNERS, I.; LUCARELLI, S. **Values and principles in European Union foreign policy**. London: Routledge, 2006. Cap. 3, p. 42-58.
- KEENE, E. **Beyond the Anarchical Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and interdependence**. New York: Longman, 2000.
- KEOHANE, R.; NYE, J. Power and Interdependence in Information Age. **Foreign Affairs**, v. 77, n. 5, 1998, p. 81-94.
- LITTLE, R. Methodological Pluralism and the English School. In: NAVARI, C. (Eds.) **Theorising International Society**. Palgrave Macmillan, 2009, Cap. 4, p. 78-103.
- LOPES, J. V. **Cabo Verde os Bastidores da Independência**. Praia: Spleen Edições, 2002.
- LORINCZ, A. The importance of the Outermost Regions for Strengthening EU Foreign and Regional Relations. Berlin, July 7<sup>th</sup>-10<sup>th</sup>, 2011. Disponível em: <<http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/eu/Andras-Lorincz-The-Importance-of-The-Outermost-Regions-for-Strengthening-EU-Foreign-and-Regional-Relations.pdf>> Acesso em 09 jul. 2018.
- LUSA/DEUTSCHE WELLE. "Olhem para Cabo Verde" diz Mo Ibrahim ao continente africano. LUSA/Deutsche Welle, Lisboa, 08 abr. 2017, Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/olhem-para-cabo-verde-diz-mo-ibrahim-ao-continente-africano/a-38352584>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- MACEDO, J. B. Cape Verde's foreign policy: an economic perspective. **Working Paper Series**, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- MADEIRA, J. P. Sustentabilidade Ambiental dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 11, n. 2, p. 17-25, 2017.
- MADEIRA, J. P. The Dragon Embraces Africa: Cape Verde-China Relations. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 6, n. 12, 2017, p. 123-141.
- MADEIRA, J. P. Cabo Verde: De um "Estado inviável" ao pragmatismo na política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 11, n. 1, 2016, p. 85-101.
- MADEIRA, J. P. Cape Verde: Geopolitics and Projection of a Small Island State in West Africa. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 4, n. 8, 2015, p. 58-77.
- MADEIRA, J. P. África versus Europa: Cabo Verde no Atlântico Médio. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 4, n.1, 2013, p. 46-59.
- MADEIRA, J. P.; REIS, B. C. The construction of democracy in Cape Verde: from portuguese colonial conditionalism to international recognition. Notes. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, v. 9, n. 1, 2018, p. 176-191.
- MADEIRA, J. P.; MONTEIRO, N. Cape Verde in West Africa region: towards a new paradigm for regional integration. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 5, n. 3, 2016, p. 545-561.
- MAFFIA, M. Cape Verdeans in Argentina. In: BATALHA, L. and CARLING, J. **Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. Cap. 5, p. 47-53.
- MEYNS, P. Cape Verde: An African exception. **Journal of Democracy**, n.13, v.3, 2002, p. 153-165.
- MCA. Primeiro-Ministro preside a cerimónia de encerramento do segundo Compacto do MCA-Cabo Verde. MCA, Praia, 28 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.mca.cv/index.php/pt/arq-noticias/450-primeiro-ministro-preside-a-cerimonia-de-encerramento-do-segundo-compacto-do-mca-cabo-verde>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- MERCOPRESS. Refuelling Hub for South Atlantic Airbridge confirmed as Cape Verde. Mercopress South Atlantic News Agency, Montevideo, 27 jul. 2017. Disponível em: <<http://en.mercopress.com/2017/07/24/refuelling-hub-for-south-atlantic-airbridge-confirmed-as-cape-verde>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- MILNER, H. **Interests, institutions and information, domestic politics and international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- NEVES, J. D. et al. Aspectos gerais do clima do arquipélago de Cabo Verde. **Ambiência Guarapua-va (PR)**. v. 13, n. 1, 2017, p. 59-73.

- NÓBREGA, A. **A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.
- OBSERVADOR. Cabo Verde e Estados Unidos assinam acordo para aumentar exportações cabo-verdianas. *Observador*, Lisboa, 16 set. 2016. Disponível em: <<https://observador.pt/2016/09/16/cabo-verde-e-estados-unidos-assinam-acordo-para-aumentar-exportacoes-cabo-verdianas/>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- OBSERVADOR. Cabo Verde vai apresentar na CPLP proposta para mobilidade adaptada a cada país. *Observador*, Lisboa, 22 mai. 2018. Disponível em <<https://observador.pt/2018/05/22/cabo-verde-vai-apresentar-na-cplp-proposta-para-mobilidade-adaptada-a-cada-pais/>> Lisboa: Observador, 2018, Acesso em 09 jul. 2018.
- ORBELL, J. M.; DAWES, R. M.; VAN DE KRAGT, A. The Limits of Multilateral Promising. *Ethics*, n.100, v.4, 1991, p. 616–627.
- OSIANDER, A. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth. *International Organization*, n. 55, v. 2, 2001, p. 251-287.
- PAIS, I. L. Cabo Verde e a graduação da lista de países menos avançados: da validação política à transição sustentável. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n. 6/7, 2012, p. 51-69.
- PEREIRA, D. **Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- PONTO FINAL. David Chow assinou acordo para abrir banco em Cabo Verde. Ponto Final, Macau, 06 jun. 2017. Disponível em: <<https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/06/06/david-chow-assinou-acordo-para-abrir-banco-em-cabo-verde/>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Programa do Governo da IX Legislatura 2016-2021**. Praia: Governo de Cabo Verde, 2016.
- REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Programa do Governo da VIII Legislatura 2011-2016**. Praia: Governo de Cabo Verde, 2011.
- REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Programa do Governo da IX Legislatura 2006-2011**. Praia: Governo de Cabo Verde, 2006.
- ROSATI, J. Cycles in foreign policy restructuring: the politics of continuity and change in US foreign policy. In: ROSATI, J.; HAGAN, J.; SAMPSON, M, W. **Foreign policy restructuring: how governments respond to global change**. Carolina: University of South Carolina Press, 1994. Cap. 11, p. 221-261.
- ROSENAU, J. **Linkage politics: essays on the convergence of the national and international politics**. New York: Free Press, 1969.
- ROSENAU, J. Pre-theories and Theories of Foreign Policy. In: FARRELL, R. B. **Approaches to Comparative and International Politics**. Evanston: Northwestern University Press, 1966. Cap. 2, p. 27-92.
- RTC. Barack Obama apresenta Cabo Verde como exemplo de democracia para a África e o mundo, Praia, RTC, 07 ago. 2014. Disponível em: <[http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id\\_cod=8940](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=8940)>. Acesso em 09 jul. 2018.
- SAIDEMAN, S.; AYRES, R. W. Pie crust promises and the sources of foreign policy: the limited impact of accession and the priority of domestic constituencies. *Foreign Policy Analysis*, v.3, n. 3, p. 189-210, 2007.
- SANTOS, A. C. V. A. **A Insularidade e as suas Condicionantes Económicas: O Caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento**. 2011. Tese (Doutorado), Pós Graduação em Geografia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SCHWARZENBERGER, G. **Power politics, a study of international society**. New York: F.A. Praeger, 1951.
- SEIBERT, G. **Comrades, clients, and cousins: Colonialism, socialism, and democratization in São Tomé and Príncipe**. Leiden: Koninklijke Brill, 2006.
- SNYDER, R. C.; BRUCK, H. W.; SAPIN, B. **Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics Foreign Policy Analysis Series**, n. 3. Princeton: Princeton University, 1954.
- SPROUT, H. H.; SPROUT, M. **The Ecological Perspective on Human Affairs: With Special Reference to International Politics**. Princeton: Center of International Studies, 1965.
- SPROUT, H. H.; SPROUT, M. **Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics**. Princeton: Center of International Studies, 1956.

- TAVARES, A. Cabo Verde e os desafios da política internacional contemporânea. **Revista Estudos Políticos**, n. 7, 2013, p. 211-235.
- TESCHKE, B. Theorizing the Westphalian System of States: International Relations from Absolutism to Capitalism. **European Journal of International Relations**, n. 8, n.1, 2012, p. 5-48.
- TOLENTINO, A. C. A Construção de um “País Inviável”. **A VOZ: Semanário Independente de Cabo Verde**, n. 1, v. 4, 2015, p. 2-3.
- TOLENTINO, A. C. **Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- UNDP. **Human Development Report 2016**. Washington DC: UNDP, 2016.
- VEENENDAAL, W. P.; CORBETT, J. Why Small States Offer Important Answers to Large Questions. **Comparative Political Studies**, n. 48, v.4, 2014, p. 527–549.
- VIOTTI, P. R.; KAUPPI, M. V. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond**. Boston: Allyn & Bacon, 1999.
- WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WILKINSON, R. **Multilateralism and the World Trade Organisation: the Architecture and Extension of International Trade Regulation**. London/New York: Routledge, 2000.
- WORLD BANK. Cabo Verde. **Data Bank. Country Profile**. The World Bank Group, Washington, D. C., 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/cabo-verde>>. Acesso em 09 jul. 2018.
- WORLD BANK. **The Republic of Cape Verde. Joint IDA-IMF Staff Advisory Note on the Growth and Poverty Reduction Strategy III (2012-2016)**. Washington: World Bank and the International Monetary Fund, 2014.
- ZARTMAN, I. W.; TOUVAL, S. (Eds). **International Cooperation: the Extent and Limits to Multilateralism**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010.